

11º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM

O PERCURSO DA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: O ATUAL USO DA INFORMÁTICA E SEUS BENEFÍCIOS

Adriéli Volsi¹
Andressa Izepe²
Francielle Cristina Lopes³
Gabriela de Souza Marques⁴
Natalina Francisca Mezzari Lopes

A inclusão social de pessoas com necessidades educacionais especiais não é, no Brasil, algo concretizado. Há muito tempo, medidas vêm sendo tomadas no que diz respeito à inserção efetiva de tais indivíduos na sociedade, no entanto, diversos fatores fazem com que grande parte das ações não origine resultados efetivamente satisfatórios. Atividades extensionistas provenientes de órgãos públicos, como as universidades, podem, também, auxiliar no processo de inclusão da parcela populacional em questão. O projeto de Inclusão Digital de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, vinculado ao Programa Museu Dinâmico Interdisciplinar (PROMUDI), da Universidade Estadual de Maringá (UEM) teve sua gênese no ano de 2006 e atende no laboratório de informática do referido museu. O objetivo do projeto é promover a inclusão digital e a socialização do conhecimento informatizado para pessoas com necessidades educacionais especiais e seus familiares. O atendimento aos alunos ocorre semanalmente, coordenado por docente da Universidade e desenvolvido por acadêmicas do curso de Letras. Com o projeto, é facilitado o acesso aos recursos computacionais básicos por meio do manuseio de programas elementares do Windows, assim como um ambiente de estudo e descontração, com jogos, informação e comunicação através do uso da internet e de outros aplicativos. Desse modo, as atividades desenvolvidas pelo Projeto, através da infraestrutura educacional pública, integram três eixos considerados fundamentais: *conhecimento das ferramentas básicas de informática, desenvolvimento cultural e desenvolvimento social*.

Palavras-chave: Inclusão digital. Necessidades educacionais especiais.

Área temática: Educação.

Coordenadora do projeto: Natalina Francisca Mezzari Lopes, natalinamezzari@uem.com. Departamento de Fundamentos da Educação – UEM.

¹ Graduanda do 2º ano do curso de Letras/Português na Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná.

² Graduanda do 2º ano do curso de Letras/Português na Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná.

³ Graduanda do 2º ano do curso de Letras/Português na Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná.

⁴ Graduanda do 2º ano do curso de Letras/Português na Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná.

Introdução

A sociedade como um todo sempre foi ligada na criação e imposição de modelos, os quais se relacionam ao momento histórico em que o homem se insere. Sendo assim, pessoas que não se enquadravam no proposto como “normal” passavam a ser estigmatizadas. Era o caso, por exemplo, dos indivíduos com necessidades educacionais especiais.

Dessa feita, medidas foram sendo tomadas, no decorrer da história, a fim de servirem de auxílio àqueles que não pertenciam aos padrões impostos por uma sociedade centralizada em ideais corpóreos e intelectuais.

O preconceito ainda é presente na sociedade, configurando-se como resquício de um ideal repleto de modelos, os quais ainda devem ser seguidos. A questão da inclusão social das pessoas com necessidades especiais sempre caminhou a passos lentos na humanidade.

Na antiguidade, por volta do século XV, como assinalam Azevedo e Mori (2005), o homem deveria, por meio da caça e da pesca, prover seu sustento e auxiliar o grupo em que vivia. Sendo assim, indivíduos que fossem de alguma maneira incapacitados para estes trabalhos eram desconsiderados pela sociedade ou até mesmo exterminados. Outro exemplo é o caso dos gregos que, por dedicarem-se muito à guerra, valorizavam o corpo. Em razão desta dedicação, as crianças que nascessem com alguma imperfeição eram eliminadas.

No período feudal, em razão de forte influência da Igreja, a tolerância aos doentes fez-se mais presente e, com a promessa de salvação, a população passou a cuidar dos enfermos.

Azevedo e Mori (2005) explicam que foi a partir da educação da criança surda que se tiveram os primeiros vestígios do que hoje se denomina Educação Especial. Até então, indivíduos como os que detinham deficiência auditiva eram enclausurados em asilos, à margem da sociedade.

Nos séculos XIX e XX é que o tratamento às pessoas com necessidades educacionais especiais tornou-se mais intenso, por meio dos tratamentos psicomotores. Na última década do século XIX, percebeu-se que este treinamento não levaria os deficientes à recuperação, o que originou as instituições de segregação, as quais deixavam longe do convívio social os tidos como “diferentes” (AZEVEDO E MORI, 2005).

O movimento que tentou, efetivamente, integrar os indivíduos com deficiência à sociedade, apresentado por Azevedo e Mori (2005), teve início nos anos 60 do século XX, na Europa. A falta de mão de obra pela invalidez decorrente da guerra foi o que colaborou, inicialmente, para que ações de reabilitação fossem realizadas. Isso, aliado ao grande avanço científico, fez com que a década de 60 ficasse marcada pelo início dos efetivos trabalhos com os indivíduos com necessidades especiais.

Conforme estudos de Ainscow (2009), a partir de 1980 a ideia da integração passa a ser vista como princípio, contrapondo fortemente o ideal da segregação. Foi por volta de meados da década de 90, com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que a proposta de educação inclusiva passa a ter mais força.

A Declaração de Salamanca⁵ propõe que crianças com algum tipo de necessidade especial sejam educadas juntamente com crianças tidas como “normais”, por meio de medidas de adaptação do ambiente escolar em si e não do indivíduo. De acordo com o documento, as escolas constituem um ambiente capaz de combater as atitudes de cunho discriminatório (AINSCOW, 2009).

No hodierno, a utilização da informática pode propiciar, também, a inclusão social das pessoas com necessidades educacionais especiais. Na atual conjuntura, o uso das ferramentas digitais é de extrema importância, tanto que, a absoluta maioria das atividades não se efetiva sem que a informática esteja envolvida.

Além de contribuir para a inclusão, Santarosa (2002) afirma que o uso da informática e de ambientes virtuais atenua o preconceito que, embora com as mudanças sofridas na sociedade, ainda aflige esses indivíduos.

Para pesquisadores como Passerino e Montardo (2007), o computador é um mediador entre a pessoa com necessidade educacional especial e a sociedade. Desta maneira, o termo “inclusão digital” pode ser definido como sendo o uso de ferramentas digitais a fim de proporcionar a inclusão social, não somente de pessoas com necessidades educacionais especiais, mas de todos aqueles que, de alguma forma, são estigmatizados.

Observa-se, no entanto, que o processo inclusivo não é algo acabado. No Brasil, ainda há muito que se caminhar para que as pessoas com algum tipo de necessidade especial sejam efetivamente incluídas na sociedade e não somente colocadas à sua margem.

Metodologia do trabalho

O projeto de Inclusão Digital de pessoas com necessidades educacionais especiais surgiu em 2006 e atende atualmente cerca de vinte jovens, adultos e idosos com necessidades intelectuais especiais, assim como alguns de seus familiares considerados analfabetos digitais. O atendimento é realizado todas as terças-feiras no laboratório de informática do Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com duração de 2 horas/aula.

Para atender a finalidade de inclusão digital, são desenvolvidas, no projeto, atividades que integram três eixos considerados fundamentais: *conhecimento das ferramentas básicas de informática, desenvolvimento cultural e desenvolvimento social*.

O *conhecimento das ferramentas elementares da informática* se efetiva através do manuseio de programas do *Windows*, como o *Word* e o *Power Point*, com formatação de fontes e de textos (mudança de cores, formas e estilos de letras), palavras-cruzadas, caça-palavras, manuseio de slides e sua formatação, entre outras atividades. O software *Paint* também é muito utilizado para confecção de desenhos, já que contribui com o desenvolvimento da coordenação motora dos alunos. O trabalho com a internet é realizado por meio da pesquisa de imagens e textos na rede, com os quais os alunos aprendem a selecionar, copiar e colar no *Word* e em outros programas.

⁵ O documento foi produzido na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, diligenciada pelo governo espanhol juntamente com a UNESCO. Trata-se de um marco na instituição de uma filosofia centrada na educação inclusiva.

Cada uma das atividades propostas aos alunos segue, semanalmente, uma temática diferente, a qual contribui com o *desenvolvimento cultural*, como por exemplo, datas comemorativas (Páscoa, Dia das Mães...), aniversário da cidade de Maringá, contos de fadas, profissões, festa junina, músicas e higiene. O uso de mecanismos da internet e o contato com pessoas da mesma idade e também de outras idades ampliam a *comunicação e socialização* dos participantes.

Cada participante do projeto possui seu e-mail particular, através do qual ocorre a troca de mensagens com outros colegas. Ao término da atividade semanal de cada um, alguns com o auxílio das monitoras envolvidas e outros já de maneira autônoma, enviam a atividade para o e-mail do projeto.

É permitido e incentivado que os alunos entrem nas redes sociais. Lá, se socializam com outras pessoas e atualizam suas páginas, já que a maior parte deles não possui computadores em casa. Os participantes do projeto navegam também por sites de jogos e por outras páginas da rede mundial de computadores, como o *YouTube*. Neste site, por meio da utilização de caixas de som, os participantes ouvem músicas da própria preferência, o que faz com que o tempo passado no laboratório não se torne algo maçante, mas sim, algo extremamente prazeroso, pois, além de fazerem as atividades propostas, os alunos se dedicam àquilo que gostam.

Discussão de Resultados

Com o trabalho realizado, é possível perceber a importância de ações que visam a inclusão social e cultural por meio da inclusão digital de pessoas com necessidades educacionais especiais. A maior parte dos alunos participantes do projeto consegue fazer o uso do teclado e do *mouse* com facilidade. Alguns deles apresentam certa dificuldade, sobretudo no manuseio do *mouse*. Entretanto, observa-se que, com o uso, as dificuldades têm sido diminuídas de forma gradativa. As teclas básicas do teclado são facilmente reconhecidas e utilizadas pelos alunos.

Em razão do trabalho com o uso de ferramentas da rede mundial de computadores, a maior parte dos alunos consegue fazer pesquisas na rede, copiar imagens e colá-las no *Word*, assim como localizar, copiar e colar textos.

A autonomia dos participantes do projeto no manuseio das ferramentas da informática cresce a cada dia. Alguns alunos que não tinham nenhuma noção no uso das ferramentas básicas do computador passaram a manuseá-lo com certa familiaridade. Muitos já conseguem enviar e-mails e navegar pela internet nas redes sociais e em diversos outros endereços.

O convívio entre os alunos também é algo a ser ressaltado. O nível de socialização entre eles aumentou progressivamente. Percebe-se que o trabalho com temáticas culturais e com o uso da internet promove a comunicação e o desenvolvimento social dos alunos.

Grande parte deles está no projeto há mais de quatro anos, o que demonstra o interesse promovido pelos encontros nas aulas de informática. Acreditamos que o desenvolvimento de atividades diferenciadas tem contribuído para que o aprendizado se processe de forma gradativa e ao mesmo tempo prazerosa, o que torna a ferramenta de informática parte de sua relação com o mundo.

Conclusão

Por meio da breve análise a respeito do histórico da inclusão social de pessoas com necessidades educacionais especiais, é possível observar que se trata de um longo processo o qual ainda não ocorre de maneira concreta e efetiva.

Apesar da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), documento mais efetivo no que diz respeito à inclusão social, as pessoas com necessidades educacionais especiais ainda não são tratadas de maneira adequada e, ao contrário do que propõe o documento, precisam adaptar-se para participarem das atividades sociais.

A informática é um recurso presente na atualidade e que pode ser usado com a finalidade de combater a exclusão social. Apesar disso, o trabalho com o projeto de inclusão digital vinculado ao PROMUDI indica que ainda existem gritantes desigualdades no acesso à informática básica, apesar do avanço tecnológico ocorrido nos últimos tempos.

Observa-se que a promoção do desenvolvimento cultural e social das pessoas com necessidades educacionais especiais não pode ser responsabilidade isolada da família. As instituições públicas, como as universidades, são de suma importância para que o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo ocorra de maneira efetiva, sobretudo quando se tratam das pessoas com necessidades especiais.

Por fim, entende-se que todos podem fazer o uso do mesmo instrumental digital, porém, para diferentes finalidades, utilizando-se também de programas distintos. Através da garantia e do estímulo à utilização do aparato digital, as pessoas com necessidades educacionais especiais conseguem, de maneira prazerosa, desenvolver-se culturalmente, intelectualmente e sentirem-se incluídas na sociedade.

Referências

AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? In FÁVERO, O. et al. (orgs). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

AZEVEDO, E. M. V. M.; MORI, N. N. R. O atendimento educacional às pessoas com deficiência. In: AZEVEDO, M. L. N. (org). **Política Educacional Brasileira**. Maringá: EDUEM, 2005 (Formação de professores EAD; nº 13) p. 115 – 127.

PASSERINO, L. M. e MONTARDO, S. P. Inclusão social via acessibilidade digital: Proposta de inclusão digital para Pessoas com Necessidades Especiais. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. UFRS: Abril de 2007. Disponível em: www.compos.com.br/e-compos Acesso em: 15 jun. 2012.

SANTAROSA, L. M. C. Inclusão digital: espaço possível para pessoas com necessidades educativas especiais. **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, nº 20, 2002. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2002/02/a1.htm> Acesso em: 15 jun. 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994.